

**Gênero e sucessão geracional na agricultura familiar: percepções de jovens em
União da Serra/RS**

*Gender and generational succession in family farming: perceptions of young people
in União da Serra/RS*

Letícia Fante Lorenzetti

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Agronegócios
pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil.
lorenzett.leti@gmail.com

Carlos Alberto Rigo Junior

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Agricultura de Precisão
pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS, Brasil.
carlos.rigo@acad.ufsm.br

Paula Nicolay

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Agronegócios
pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil.
nicolaypaula@gmail.com

Anna Elisa Petersen Gatelli

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Agronegócios
pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil.
annagatelli@hotmail.com

Guilherme Henrique Glänzel

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Agronegócios
pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil.
guilhermeglanzel@gmail.com

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: Este artigo analisa como as questões de gênero influenciam a decisão dos jovens em participar da sucessão geracional na agricultura familiar no município de União da Serra/RS. A pesquisa foi desenvolvida a partir de abordagem qualitativa com apoio quantitativo, por meio de 45 entrevistas semiestruturadas com jovens agricultores e agricultoras, com idade entre 15 e 40 anos. Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo e sistematizados por tabulação cruzada por gênero. Os resultados evidenciam que o gênero atua como fator estrutural no processo sucessório, condicionando o interesse na continuidade, o incentivo familiar, a participação nas decisões, a autonomia econômica e os projetos de vida dos jovens. Entre os homens, 96,8% manifestam interesse em suceder a atividade rural, contra 57,1% entre as mulheres. As jovens apresentam menor reconhecimento como sucessoras, menor acesso à remuneração pelo trabalho e maior circulação em direção ao meio urbano. Conclui-se que as desigualdades de gênero comprometem a permanência feminina no campo e reforçam a masculinização do espaço rural, indicando a necessidade de políticas que promovam equidade no processo sucessório da agricultura familiar.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; Juventude rural; Sucessão rural; Mulheres rurais; Permanência no campo.

Abstract: This article analyzes how gender issues influence young people's decisions to participate in generational succession in family farming in the municipality of União da Serra/RS. The research was developed using a qualitative approach with quantitative support, through 45 semi-structured interviews with young farmers and farmers aged between 15 and 40 years. The data were analyzed using content analysis and systematized by

cross-tabulation by gender. The results show that gender acts as a structural factor in the succession process, conditioning interest in continuity, family encouragement, participation in decisions, economic autonomy, and the life projects of young people. Among men, 96.8% expressed interest in continuing rural activity, compared to 57.1% among women. Young people show less recognition as successors, less access to remuneration for their work, and greater movement towards urban areas. It is concluded that gender inequalities compromise women's permanence in the countryside and reinforce the masculinization of rural space, reducing the need for policies that promote equity in the succession process of family farming.

Keywords: Rural development; Rural youth; Rural succession; Rural women; Staying in the countryside.

1. Introdução

A agricultura familiar ocupa posição central na produção de alimentos e na geração de emprego no meio rural brasileiro, respondendo por 77% dos estabelecimentos agropecuários e 67% dos postos de trabalho no meio rural (IBGE, 2019). No entanto, a continuidade das atividades depende diretamente do processo de sucessão geracional, que condiciona a transferência de patrimônio, gestão e saberes entre gerações (ABRAMOVAY et al., 1998; SPANEVELLO, 2008). Nesse contexto, as relações de gênero exercem papel determinante, uma vez que jovens mulheres enfrentam barreiras maiores para serem reconhecidas como sucessoras, contribuindo para a masculinização e o envelhecimento da população rural (BRUMER, 2004; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; STROPASOLAS, 2006).

Compreender essas dinâmicas é relevante em municípios de pequeno porte como União da Serra, no Rio Grande do Sul, marcado pela predominância de estabelecimentos rurais familiares. Apesar dos avanços nos estudos sobre juventude rural, ainda são limitadas as pesquisas que comparam diretamente às percepções de jovens mulheres e homens em contextos locais (WEISHEIMER, 2005; WEISHEIMER, 2013). O problema da pesquisa se dá pela necessidade de compreender como as questões de gênero influenciam a decisão dos jovens em participar da sucessão geracional na agricultura familiar em União da Serra/RS. O objetivo deste estudo é compreender essas percepções com foco nas questões de gênero, identificando fatores de permanência, analisando o impacto do gênero, comparando experiências de mulheres e homens e apontando estratégias para maior equidade.

O estudo contribui para o debate acadêmico sobre juventude rural, gênero e sucessão familiar rural, além de oferecer subsídios para políticas voltadas à permanência das novas gerações no meio rural. O texto está organizado em quatro seções, além desta introdução: referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, e considerações finais.

2. Revisão da literatura

2.1 Agricultura familiar no Brasil: definição, caracterização e relevância socioeconômica

A agricultura familiar, definida pela Lei nº 11.326/2006, caracteriza-se pela gestão compartilhada, uso predominante de mão de obra familiar e área limitada a quatro módulos fiscais (BRASIL, 2006). Longe de representar uma forma residual, constitui modo de produção compatível com a modernização agrícola (ABRAMOVAY, 1992) e modo de vida que articula trabalho, terra e identidade (WANDERLEY, 2003). No Censo Agropecuário de 2017, respondia por 77% dos estabelecimentos agropecuários, embora ocupasse apenas 23% da área total (IBGE, 2019).

2.2 Sucessão geracional e juventude rural na agricultura familiar

A sucessão geracional, transferência de patrimônio, gestão e saberes entre gerações, é central para a continuidade da agricultura familiar (CARNEIRO, 2001). No Brasil, os critérios sucessórios tradicionais entraram em crise com a redução do número de filhos e a dificuldade de incorporar jovens à gestão (ABRAMOVAY et al., 1998), e a sucessão tardia tende a desestimular a nova geração (SPANLEVELLO, 2008).

Entre os fatores de permanência, a literatura aponta renda satisfatória, diversificação produtiva e participação nas decisões; em sentido contrário, baixa remuneração e falta de autonomia contribuem para a saída (STROPASOLAS, 2006). A educação atua de forma ambivalente, qualificando para a gestão mas ampliando possibilidades fora do campo (BREITENBACH; CORAZZA, 2019). Outro aspecto decisivo é que herança e gestão tendem a privilegiar os filhos homens (BRUMER, 2004), dinâmica observada também internacionalmente (BERTOLOZZI-CAREDIO et al., 2023).

Nesse contexto, a juventude rural, reconhecida como categoria social heterogênea (CASTRO, 2009; WEISHEIMER, 2005), vivencia tensões entre autonomia e expectativas familiares de continuidade (CARNEIRO, 2001; STROPASOLAS, 2006), mediadas por gênero, escolaridade, acesso a renda e ausência de políticas compatíveis com aspirações contemporâneas (BREITENBACH; CORAZZA, 2019; TROIAN; BREITENBACH, 2018).

2.3 Relações de gênero no contexto da agricultura familiar

No debate sobre agricultura familiar, gênero deve ser compreendido como categoria analítica das relações de poder (SCOTT, 1995), que se manifesta na divisão sexual do trabalho e nas hierarquias domésticas (KERGOAT, 2009; PAULILO, 1987). A herança da terra e a expectativa de continuidade do estabelecimento rural tendem a privilegiar os filhos homens, reforçando padrões patrilineares consolidados no sul do Brasil (BUENO; SANTOS,

2024). Jovens mulheres enfrentam barreiras para serem reconhecidas como sucessoras, o que contribui para sua saída do campo e para a masculinização rural, dinâmica observada também em contextos internacionais (BRUMER, 2004; CHISWELL; WHEELER, 2021). Assim, analisar a agricultura familiar pela perspectiva de gênero é indispensável para compreender os limites e possibilidades da sucessão geracional.

3. Metodologia

3.1 Delimitação do estudo

Este estudo caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e apoio de elementos quantitativos. Esse delineamento foi adotado por permitir maior aproximação com o problema investigado e, ao mesmo tempo, descrever de forma sistemática as percepções dos participantes sobre a sucessão geracional na agricultura familiar (LAKATOS; MARCONI, 2003). O estudo busca compreender as percepções de jovens mulheres e homens do município de União da Serra, Rio Grande do Sul, sobre a sucessão geracional na agricultura familiar, com ênfase nas questões de gênero que atravessam esse processo (CRESWELL; CRESWELL, 2018).

3.2 Coleta de dados

Entre abril e maio de 2024, realizou-se a coleta de dados por meio de 45 entrevistas semiestruturadas com jovens agricultores e agricultoras do município de União da Serra/RS. O roteiro combinou questões abertas e fechadas sobre sucessão, juventude rural e gênero (CRESWELL; CRESWELL, 2018). A seleção seguiu três critérios: 1) idade entre 15 e 40 anos; 2) ausência de filhos; e 3) vínculo com a atividade rural familiar, caracterizando amostra não probabilística por conveniência (MINAYO, 2015). As entrevistas foram gravadas, transcritas integralmente e precedidas por três entrevistas-piloto de ajuste. Em todo o processo, foram assegurados anonimato, confidencialidade e participação voluntária.

3.3 Análise dos dados

Os dados foram examinados por meio da análise de conteúdo, conforme Bardin (2020), seguindo três etapas: leitura flutuante, exploração do material com codificação e agrupamento em categorias temáticas, e tratamento interpretativo dos resultados. As categorias foram definidas de forma mista, reunindo elementos da literatura e aspectos

emergentes das falas (MINAYO, 2015). Paralelamente, os dados das questões estruturadas foram sistematizados por tabulação cruzada por gênero. Os achados foram organizados em três eixos, sendo fatores que influenciam a permanência ou saída dos jovens, percepções sobre o processo sucessório e desigualdades de gênero na sucessão geracional.

3.4 Caracterização do município

União da Serra localiza-se na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul e faz divisa com os municípios de Guaporé, Montauri, Arvorezinha, Itapuça e Serafina Corrêa. Sua colonização, iniciada no final do século XIX, foi fortemente marcada pela presença de imigrantes italianos, cuja influência ainda se expressa nas práticas agrícolas e nos vínculos comunitários locais (PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA SERRA, [s.d.]). Segundo o IBGE o município possui 1.170 habitantes (IBGE, 2022) e apresenta economia baseada na agropecuária familiar, com destaque para a produção de soja, milho e trigo, além da criação de aves, bovinos e suínos. No Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019) contabilizaram-se 374 estabelecimentos agropecuários, dos quais 357 eram dirigidos por homens e 17 por mulheres, em uma área total de 10.607 hectares, com 983 pessoas ocupadas, das quais 941 possuíam laços de parentesco com o produtor rural, o que reforça o caráter familiar da produção no município.

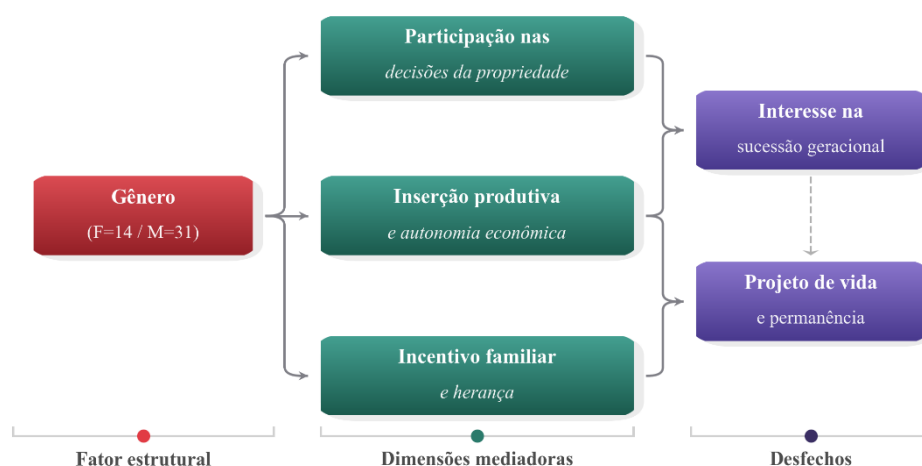
Para esta pesquisa, um levantamento preliminar realizado com apoio de agentes comunitários de saúde identificou 109 jovens, entre 15 e 40 anos, com vínculo direto com a atividade rural familiar. Desse total, 45 participaram da pesquisa, compondo uma amostra diversificada em termos de gênero, faixa etária e inserção produtiva. A escolha de União da Serra justifica-se por se tratar de um município de pequeno porte, fortemente dependente da agricultura familiar e marcado por relações de parentesco, tradição e gênero, que influenciam diretamente as decisões produtivas e sucessórias.

4. Discussão dos resultados

Esta seção apresenta os resultados organizados em modelo analítico, perfil sociodemográfico dos jovens, caracterização dos estabelecimentos rurais, inserção econômica e autonomia, sucessão geracional, e projeto de vida e tecnologia.

4.1 Modelo analítico

Figura 1: Modelo analítico da pesquisa.

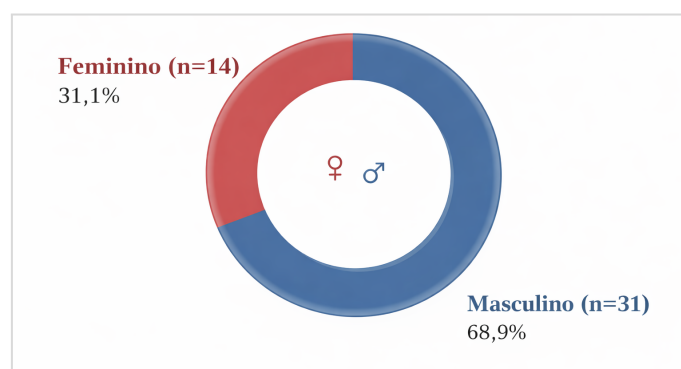


Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O modelo apresentado na Figura 1 orienta a análise, toma o gênero como fator estrutural e organiza os achados em três dimensões mediadoras (participação nas decisões, inserção produtiva e autonomia econômica, incentivo familiar e herança) e dois desfechos centrais (interesse na sucessão e projeto de vida dos jovens).

4.2 Perfil sociodemográfico dos jovens

Figura 2: Gênero dos jovens entrevistados.

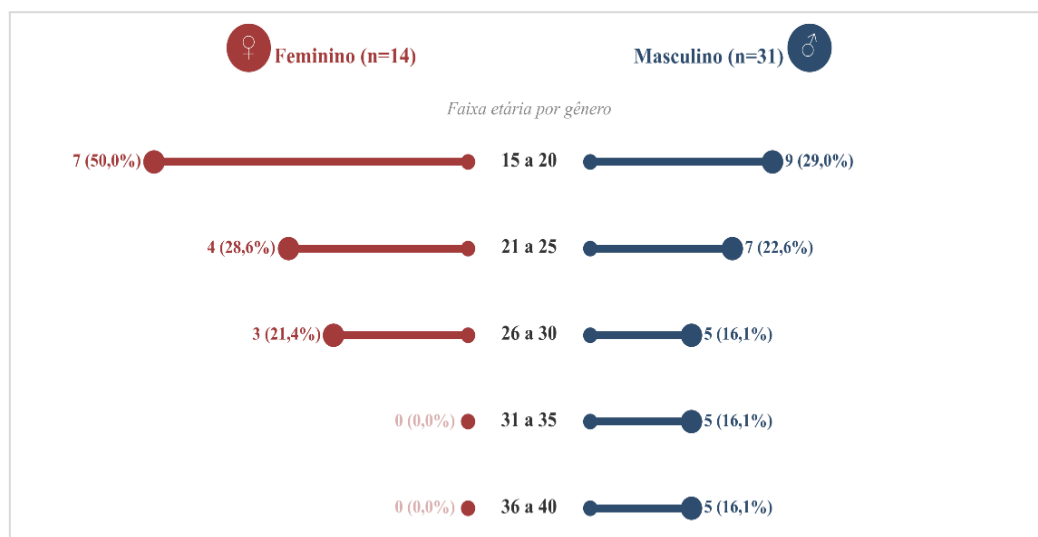


Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Em termos de composição, a amostra evidencia predominância masculina entre os jovens entrevistados, com 31 homens (68,9%) e 14 mulheres (31,1%). Esse resultado já sinaliza uma assimetria de gênero no universo pesquisado, coerente com dinâmicas socioculturais do meio rural que tendem a associar os homens à permanência na atividade

agrícola e à continuidade da atividade rural familiar. Além disso, a mecanização das atividades produtivas têm reforçado essa inserção masculina, uma vez que o uso de máquinas e tecnologias ainda permanece socialmente mais vinculado aos homens no contexto rural (COMPARIN, 2015).

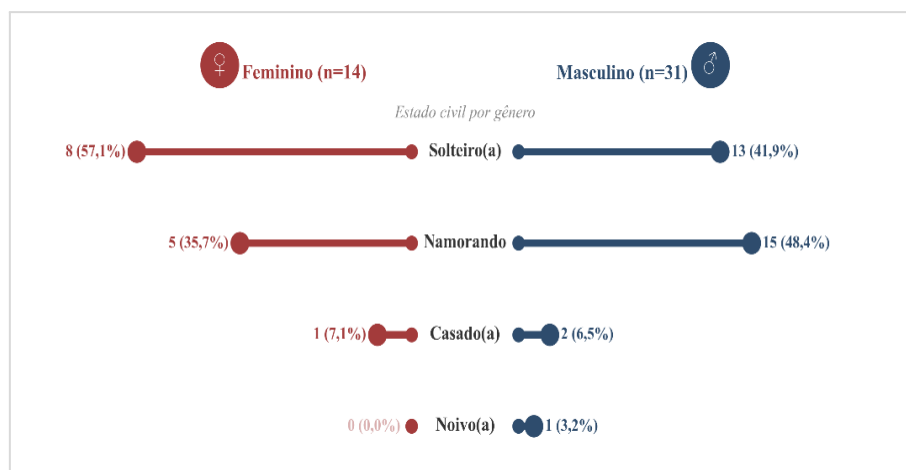
Figura 3: Faixa etária por gênero.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

No que se refere à faixa etária, a distribuição reforça essa diferença entre os grupos. Entre as mulheres, observa-se concentração nas faixas mais jovens, com 50,0% entre 15 e 20 anos, 28,6% entre 21 e 25 anos e 21,4% entre 26 e 30 anos, sem nenhuma participante acima de 30 anos. Entre os homens, a distribuição é mais ampla, com 29,0% entre 15 e 20 anos, 22,6% entre 21 e 25 anos, 16,1% entre 26 e 30 anos, 16,1% entre 31 e 35 anos e 16,1% entre 36 e 40 anos. Esse padrão sugere permanência masculina mais prolongada no meio rural e saída feminina mais precoce, aspecto compatível com o processo de masculinização do campo descrito por Camarano e Abramovay (1999) e por Brumer (2004).

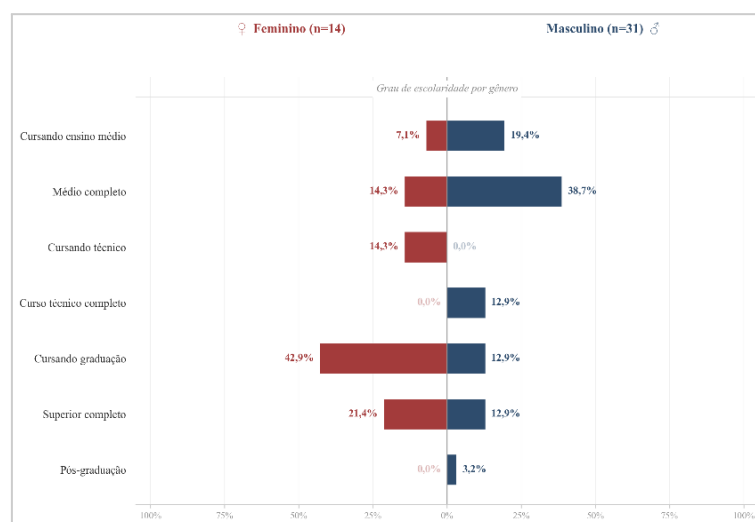
Figura 4: Estado civil por gênero.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Quanto ao estado civil, verifica-se que 46,7% dos entrevistados são solteiros e 44,4% estão namorando, totalizando 91,1% da amostra nessas duas categorias, enquanto apenas 6,7% são casados e 2,2% estão noivos. Entre as mulheres, predomina o estado civil de solteira (57,1%), ao passo que entre os homens prevalece o status de relacionamento namorando (48,4%). A baixa proporção de jovens casados indica que a constituição de novas unidades familiares ainda está em processo de consolidação, o que pode influenciar os projetos de permanência no campo e de continuidade dos estabelecimentos rurais. Esse resultado dialoga com a relação entre formação familiar e sucessão discutida por Carneiro (2001) e também com a masculinização do meio rural descrita por Camarano e Abramovay (1999) e Brumer (2004), que tende a dificultar a formação de casais no campo.

Figura 5: Escolaridade por gênero.

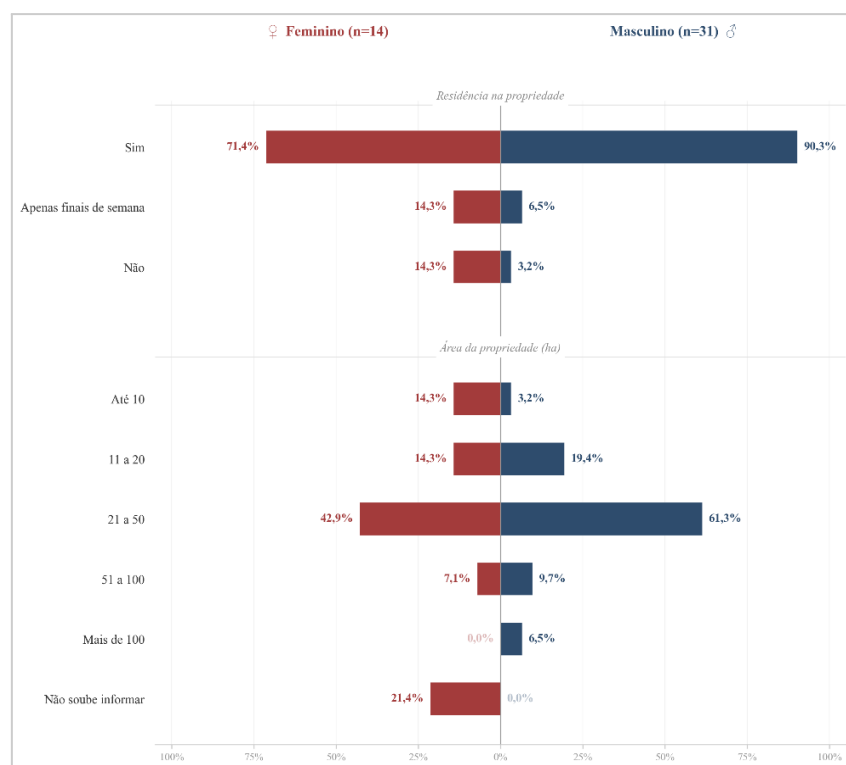


Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os dados de escolaridade revelam diferença expressiva entre homens e mulheres. Entre as jovens, 42,9% estão cursando o ensino superior e 21,4% possuem ensino superior completo, totalizando 64,3% no ensino superior em andamento ou concluído. Entre os homens, a maior concentração está no ensino médio completo (38,7%), enquanto apenas 25,8% se encontram no ensino superior. Esse resultado indica maior escolarização feminina e confirma o caráter ambivalente da educação no meio rural. Por um lado, a formação pode contribuir para a permanência, ao ampliar a qualificação e favorecer a aplicação de conhecimentos na atividade rural. Por outro, pode abrir alternativas profissionais fora do campo e estimular trajetórias de saída, como já apontado por Brumer (2004), Troian e Breitenbach (2018) e Cavicchioli et al. (2015).

4.3 Caracterização dos estabelecimentos rurais

Figura 6: Estabelecimento rural e residência.

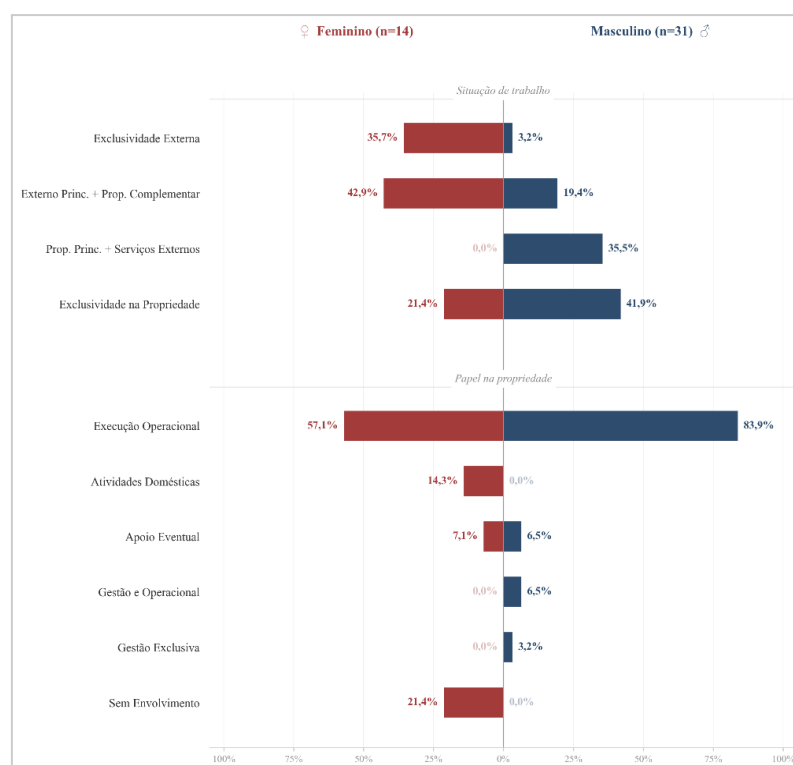


Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Na Figura 6 apresenta-se a situação de residência dos jovens e a área dos estabelecimentos rurais aos quais estão vinculados. Observa-se que a maior parte dos

entrevistados reside no imóvel rural, com percentuais mais elevados entre os homens (90,3%) do que entre as mulheres (71,4%). Entre as jovens, 14,3% permanecem no campo apenas nos finais de semana e outras 14,3% não residem no estabelecimento rural, o que sugere trajetórias mais marcadas pela circulação entre campo e cidade. Quanto à área, predominam estabelecimentos rurais de 21 a 50 hectares, faixa que concentra 42,9% das mulheres e 61,3% dos homens. Um dado relevante é que 21,4% das mulheres entrevistadas não souberam informar o tamanho do imóvel rural, enquanto entre os homens esse percentual foi nulo, o que pode indicar menor participação feminina nos aspectos informacionais e gerenciais da unidade produtiva. Destaca-se, ainda, que apenas homens aparecem vinculados à estabelecimentos rurais com mais de 100 hectares, reforçando desigualdades já apontadas na literatura sobre acesso às informações estratégicas e ao controle patrimonial no meio rural (WANDERLEY, 2007; BRUMER, 2004).

Figura 7: Situação de trabalho e papel na atividade rural.

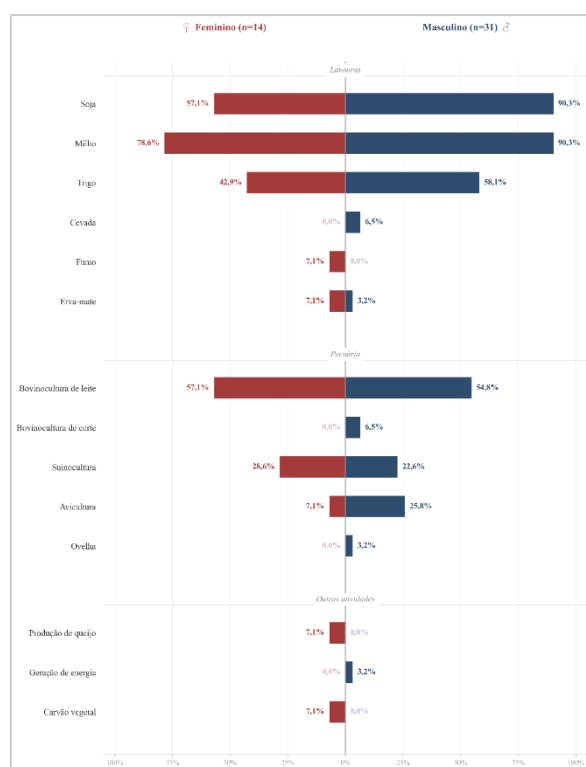


Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Na Figura 7 evidenciam-se diferenças importantes entre homens e mulheres quanto à situação de trabalho e ao papel desempenhado na atividade rural familiar. Entre os homens, predominam a exclusividade do trabalho familiar agrícola (41,9%) e a combinação entre a

atividade familiar e prestação de serviços externos (35,5%). Entre as mulheres, destacam-se o trabalho assalariado combinado com atuação no estabelecimento rural familiar (42,9%) e a exclusividade externa, isto é, somente trabalho assalariado fora da unidade familiar (35,7%). No que se refere ao papel exercido, a execução operacional concentra 83,9% dos homens e 57,1% das mulheres, enquanto 21,4% das jovens declararam não ter envolvimento nas atividades rurais da família e 14,3% indicaram dedicação às atividades domésticas. Entre os homens, ainda aparecem funções de gestão e operacional (6,5%) e gestão exclusiva (3,2%), ausentes entre as mulheres. Esses resultados mostram que a pluriatividade está presente em ambos os grupos, mas assume sentidos distintos segundo o gênero, mantendo-se a divisão sexual do trabalho e a maior concentração masculina nas funções produtivas e decisórias (SCHNEIDER, 2003; KERGOAT, 2009; PAULILO, 1987; BRUMER, 2004; SHERIDAN et al., 2021).

Figura 8: Atividades produtivas desenvolvidas nos estabelecimentos rurais.

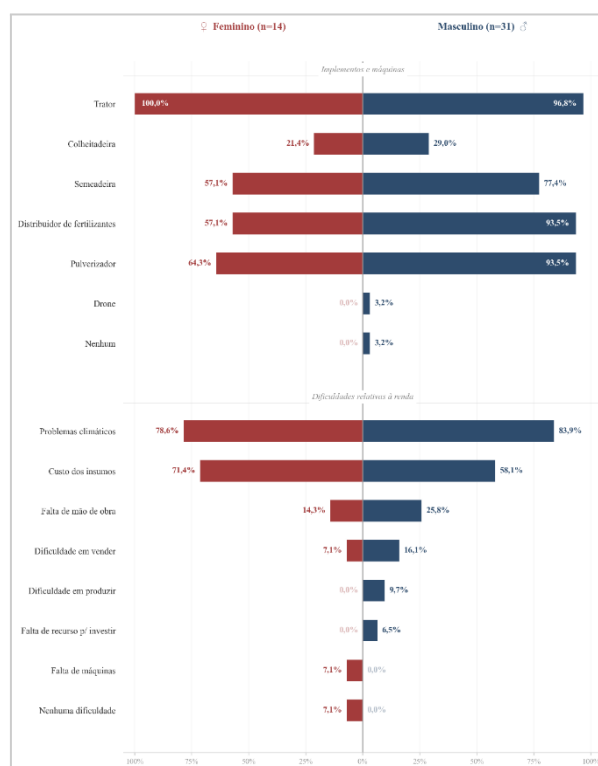


Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Conforme a Figura 8 os estabelecimentos rurais analisados apresentam sistemas produtivos diversificados, com forte predominância de lavouras de grãos. O milho aparece como a atividade mais frequente, presente entre 78,6% das mulheres e 90,3% dos homens,

seguido da soja, com 57,1% e 90,3%, respectivamente. O trigo também possui participação expressiva, sobretudo entre os homens (58,1%). Na pecuária, a bovinocultura de leite apresenta distribuição equilibrada entre os grupos, com 57,1% entre mulheres e 54,8% entre homens. Já atividades de maior escala, como a avicultura, concentram-se mais no grupo masculino (25,8%), enquanto atividades complementares, como produção de queijo e carvão vegetal, aparecem apenas entre as mulheres, embora com baixa frequência. Esse padrão sugere que a diversificação produtiva existe, mas continua marcada por diferenciações de gênero quanto ao tipo de atividade desempenhada e ao lugar ocupado por homens e mulheres no interior da unidade produtiva (BRUMER, 2004).

Figura 9: Implementos agrícolas e dificuldades relativas à renda.



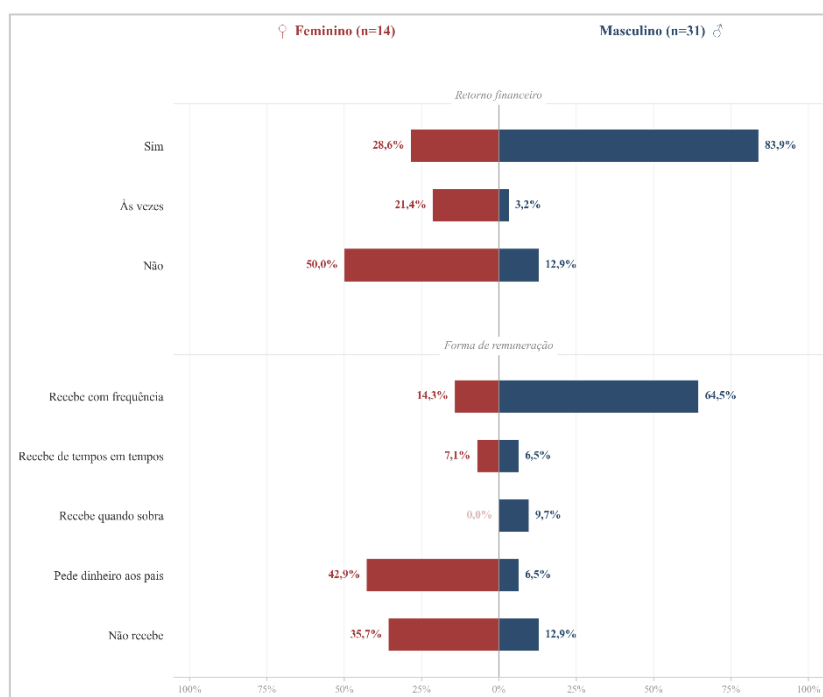
Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Na Figura 9 observa-se elevado nível de mecanização nos estabelecimentos rurais, com ampla presença de trator (100,0% entre mulheres e 96,8% entre homens), pulverizador (64,3% e 93,5%) e distribuidor de fertilizantes (57,1% e 93,5%). Embora o maquinário agrícola esteja presente em ambos os grupos, os homens estão mais associados à operação mecanizada, o que sugere inserção mais intensa nas atividades tecnificadas. Em relação às dificuldades relativas à renda, os problemas climáticos foram os mais citados, com 78,6%

entre mulheres e 83,9% entre homens, seguidos do custo dos insumos, mencionado por 71,4% das mulheres e 58,1% dos homens. A falta de mão de obra também foi mais frequente entre os homens (25,8%) do que entre as mulheres (14,3%). Esses resultados mostram que a instabilidade econômica no meio rural permanece como elemento importante na definição das condições de permanência dos jovens no campo, combinando fatores produtivos, climáticos e financeiros (FOGUESATTO et al., 2016; SPANEVELLO, 2008).

4.4 Inserção econômica e autonomia

Figura 10: Retorno financeiro e forma de remuneração pelo trabalho rural familiar.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

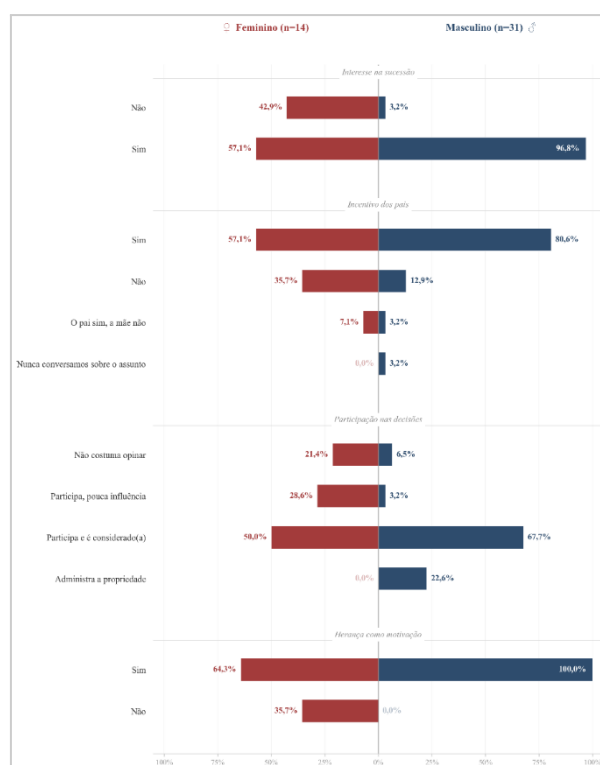
No plano econômico, os dados mostram uma diferença expressiva entre homens e mulheres. Entre os jovens, 83,9% afirmam receber retorno financeiro pelo trabalho na atividade rural familiar, enquanto entre as jovens esse percentual é de apenas 28,6%. Em contrapartida, 50,0% das mulheres entrevistadas declararam não receber nenhum retorno financeiro, frente a 12,9% dos homens, e 21,4% relataram recebimento apenas eventual. Esse quadro indica que a inserção feminina no trabalho rural ocorre com menor reconhecimento monetário, limitando sua autonomia econômica. Como já apontaram Paulilo (1987) e Brumer

(2004) o trabalho das mulheres no campo tende a ser desvalorizado e frequentemente tratado como ajuda, e não como contribuição econômica propriamente dita.

Essa desigualdade também aparece na forma de remuneração. Enquanto 64,5% dos homens dizem/declaram possuir remuneração com frequência, entre as mulheres esse percentual cai para 14,3%. Além disso, 42,9% das jovens afirmam pedir dinheiro aos pais e 35,7% dizem não receber nada, ao passo que, entre os homens, esses percentuais são de 6,5% e 12,9%, respectivamente. Assim, a fragilidade da autonomia financeira feminina reforça a dependência familiar e pode influenciar negativamente a decisão de permanência no meio rural, como discutem Spanevello (2008) e Breitenbach e Corazza (2020).

4.5 Sucessão geracional

Figura 11: Interesse na sucessão, incentivo dos pais, participação nas decisões e herança como motivação.



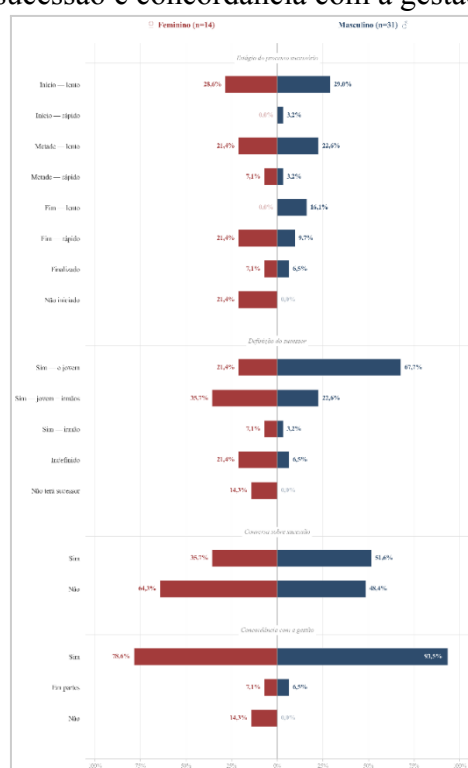
Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os dados da Figura 11 revelam que o interesse em suceder a atividade rural é muito mais intenso entre os homens do que entre as mulheres. Entre eles, 96,8% manifestam intenção de dar continuidade à atividade, enquanto entre elas esse percentual é de 57,1%. O

incentivo familiar segue a mesma lógica, com 80,6% dos homens relatando incentivo dos pais, contra 57,1% das mulheres. Já a ausência de incentivo atinge 35,7% das mulheres e apenas 12,9% dos homens. Esse padrão reforça o argumento de Brumer (2004), Ferrari et al. (2004) e Breitenbach e Corazza (2020) de que a permanência no campo é atravessada por expectativas familiares diferenciadas conforme o gênero.

As diferenças tornam-se ainda mais visíveis na participação nas decisões e no peso da herança como motivação. Entre os homens, 67,7% afirmam participar e ser considerados nas decisões do estabelecimento rural, e 22,6% já a administram. Entre as mulheres, nenhuma ocupa posição de administração, 50,0% participam das decisões, 28,6% participam com pouca influência e 21,4% não costumam opinar. A herança também assume papel mais forte entre os homens, já que 100,0% deles a identificam como fator de motivação, enquanto entre as mulheres esse percentual é de 64,3%. Em termos práticos, isso mostra que o reconhecimento como sucessor continua mais associado ao universo masculino, em linha com o que discutem Carneiro (2001), Stropasolas (2006) e Bueno e Santos (2024).

Figura 12: Processo sucessório: estágio, definição do sucessor, conversa sobre sucessão e concordância com a gestão.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

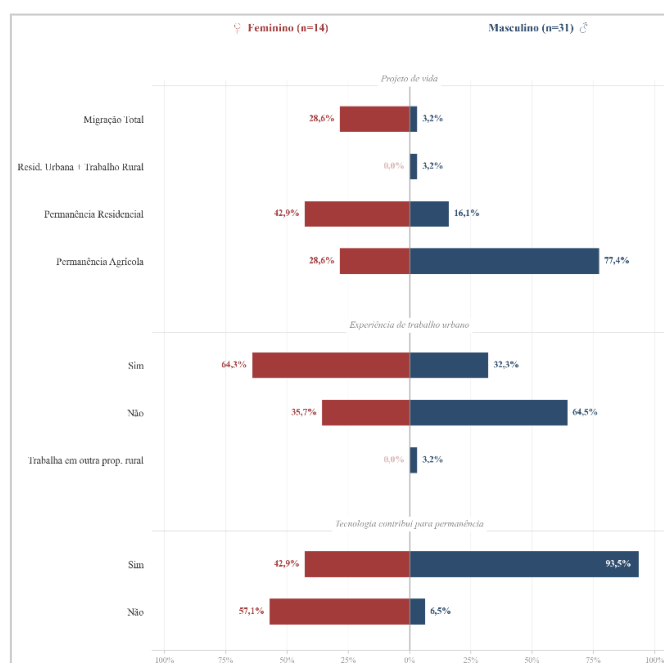
Quando se observa o processo sucessório em si, a desigualdade de gênero se torna

ainda mais evidente. Embora haja concentração nos estágios iniciais e intermediários, 21,4% das mulheres afirmam que o planejamento e a transição da sucessão sequer foi iniciada em suas famílias, situação que não aparece entre os homens. Além disso, 67,7% deles são apontados como o sucessor do estabelecimento rural, contra apenas 21,4% das mulheres. Outro dado expressivo é que 14,3% das jovens afirmam que a atividade rural não terá sucessor, resposta inexistente entre os homens. Esses resultados indicam que a exclusão feminina não ocorre apenas na etapa final da herança, mas desde o próprio início da construção sucessória.

O mesmo padrão aparece no diálogo familiar e na percepção sobre a gestão. Entre as mulheres, 64,3% nunca conversaram sobre sucessão, enquanto entre os homens esse percentual é de 48,4%. Também chama atenção o fato de 14,3% delas declararem discordar da forma como o estabelecimento rural é administrado, ao passo que nenhum homem apresentou essa resposta. Assim, o afastamento feminino envolve menor participação nas conversas, menor definição como sucessora e menor aderência ao modelo atual de gestão, o que converge com as interpretações de Spanevello (2008), Brumer (2004), Breitenbach e Corazza (2020) e Bueno e Santos (2024).

4.6 Projeto de vida e tecnologia

Figura 13: Projeto de vida, experiência de trabalho urbano e percepção sobre a contribuição da tecnologia para a permanência.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os dados da Figura 13 mostram que os projetos de vida seguem trajetórias distintas entre homens e mulheres. Entre os homens, predomina a permanência agrícola (77,4%), enquanto entre as mulheres esse percentual é de 28,6%. No grupo feminino, a maior frequência aparece na permanência residencial (42,9%), seguida pela migração total (28,6%) e pela permanência agrícola (28,6%). Esses resultados sugerem que os homens tendem mais à continuidade direta na atividade agrícola, ao passo que as mulheres apresentam trajetórias mais diversificadas, o que dialoga com a ideia de que os projetos juvenis no meio rural são socialmente diferenciados segundo o gênero (STROPASOLAS, 2006; CASTRO, 2009).

Quanto ao trabalho urbano, a experiência reforça esse contraste. Entre as mulheres, 64,3% afirmam já ter saído do campo para trabalhar no meio urbano, enquanto entre os homens esse percentual é de 32,3%; por outro lado, 64,5% deles declararam não ter vivido essa experiência. O dado indica que a migração feminina para o meio urbano já é uma trajetória concreta para muitas entrevistadas, associada à busca por autonomia econômica, reconhecimento profissional e oportunidades fora do estabelecimento rural, conforme apontam Brumer (2004) e Spanevello (2008).

Em relação ao papel da tecnologia, a percepção também diferencia fortemente os grupos. Entre os homens, 93,5% consideram que a tecnologia contribui para a permanência no campo, enquanto entre as mulheres esse percentual é de 42,9%; em sentido oposto, 57,1% delas afirmam que a tecnologia não contribui para sua permanência. Essa diferença sugere que o acesso e o envolvimento com atividades tecnificadas permanecem desiguais, favorecendo a inserção masculina nas dimensões produtivas valorizadas no meio rural. Nesse sentido, o resultado converge com as discussões de Sheridan et al. (2021) sobre desigualdades de gênero na inserção produtiva e com a observação de Comparin (2015) de que a mecanização tende a reforçar a centralidade masculina na atividade agrícola.

5. Considerações finais

Este estudo buscou compreender como as questões de gênero influenciam a decisão dos jovens em participar da sucessão geracional na agricultura familiar em União da Serra/RS. Os resultados, obtidos a partir de 45 entrevistas semiestruturadas, confirmam que o gênero opera como fator estrutural no processo sucessório, atravessando as dimensões de participação nas decisões, inserção produtiva, autonomia econômica e incentivo familiar.

Os dados revelaram assimetrias expressivas. Enquanto 96,8% dos homens manifestam interesse na sucessão, esse percentual é de 57,1% entre as mulheres. Na dimensão econômica, apenas 28,6% das jovens recebem retorno financeiro pelo trabalho, frente a 83,9% dos homens. Nenhuma mulher ocupa posição de administração, e 67,7% dos homens são apontados como sucessores definidos, contra 21,4% das mulheres. Os projetos de vida também divergem, sendo que 77,4% dos homens visam a permanência agrícola, enquanto as mulheres apresentam trajetórias mais diversificadas, com maior experiência urbana e menor percepção da tecnologia como fator de permanência. A exclusão feminina não se restringe à herança, mas se manifesta desde o início do processo sucessório, na ausência de conversas familiares, na falta de remuneração e no menor reconhecimento como sucessoras.

Como limitações, destaca-se o caráter local do estudo e a amostra não probabilística, que não permitem generalizações. Sugere-se que pesquisas futuras ampliem o recorte territorial e investiguem experiências de mulheres que permaneceram como sucessoras. Os achados reforçam a importância de políticas públicas voltadas ao reconhecimento do trabalho feminino, ao acesso das jovens à gestão e à herança, e ao fortalecimento de condições que favoreçam a permanência equitativa das novas gerações no campo.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; ANPOCS; Editora da Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2020.

BERTOLOZZI-CAREDIO, Daniela et al. **Generation change in agriculture: a systematic review of the literature**. *Economies*, v. 11, n. 5, p. 129, 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. **Perspectiva de permanência no campo: estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil**. *Revista Espacios*, v. 38, n. 29, p. 1-9, 2017.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. **Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil**. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 17, n. 2, p. 1-34, 2019.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. **Jovens rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: questões de gênero na sucessão geracional.** *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 3, p. 397-412, 2020.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul.** *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004. DOI: 10.1590/S0104-026X2004000100011.

BUENO, Caroline Tapia; SANTOS, Roseli Alves dos. **Gênero e herança da terra na agricultura familiar: uma cartografia do sul brasileiro.** *Revista da ANPEGE*, v. 20, n. 41, p. 1-27, 2024. DOI: 10.5418/ra2024.v20i41.17925.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, n. 621).

CARNEIRO, Maria José. **Herança e gênero entre agricultores familiares.** *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político.** *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

CAVICCHIOLI, Daniele et al. **What factors encourage intrafamily farm succession in mountain areas?** *Mountain Research and Development*, v. 35, n. 2, p. 152-160, 2015. DOI: 10.1659/MRD-JOURNAL-D-14-00107.1.

CHISWELL, Hannah; WHEELER, Rachel. **Intergenerational farm succession: how does gender fit?** *Journal of Rural Studies*, v. 86, p. 282-291, 2021.

COMPARIN, Aline. **Sucessão rural: motivos que influenciam o jovem a permanecer ou não nas propriedades rurais.** 2015. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches.** 5. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2018.

FERRARI, Dilvan Luiz et al. **Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?** *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 237-271, 2004.

FOGUESATTO, Cristian Rogerio et al. **Fatores relevantes para a tomada de decisão dos jovens no processo de sucessão geracional na agricultura familiar.** *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 37, n. 130, p. 15-28, 2016.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

IBGE. **Censo Demográfico 2022.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** In: HIRATA, Helena et al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo.* São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **O peso do trabalho leve**. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA SERRA. Histórico do Município de União da Serra. União da Serra, RS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.uniaodaserra.rs.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SHERIDAN, Alison et al. **Intergenerational farm succession: how does gender fit?** *Land Use Policy*, v. 109, p. 105612, 2021. DOI: 10.1016/j.landusepol.2021.105612.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa. **As estratégias sucessórias na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. **Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil**. *Interações (Campo Grande)*, v. 19, n. 4, p. 789-802, 2018.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro?** In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (org.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: MDA/NEAD, 2005. (Série NEAD Estudos, 14).

WEISHEIMER, Nilson. **Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais**. *DESidades*, Rio de Janeiro, n. 1, 2013.